



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 012/2011**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às 09:41 (nove horas e quarenta e um minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima segunda reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Adeldo Rohr como Secretário. Estiveram presentes os conselheiros titulares, Eduardo kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Marisa Ney Santos de Pinho, Pedro Luis da Silva Vargas, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes, Fátima Regina Carlos Saikoski, Ana Maria Paulo Bueno, José Marcelino Heck, Manuel Roberto Escobar e Cristina Clarency La Porta. Aberta a sessão, o conselheiro-secretário justificou a ausência dos conselheiros, Mário, Omar, Maris, Gilmar e Alexandre Marder, por motivo de caráter particular, de compromissos previamente agendados no DMAE, de saúde, e de participação em curso na Escola de Gestão do Município. Em seguida, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada. No espaço de informes, o conselheiro Vargas informou que tramita na CMPA o Projeto de Lei que reajusta a remuneração dos Municípios em 0,5% a partir de 01/05/2011 e 1,15% a partir de janeiro de 2012, como ganho real, conforme negociação com o SIMPA. Informou, ainda, que a comissão de negociação da pauta de reivindicações dos servidores do Legislativo, da qual fazem parte a diretoria do SINDICÂMARA e a diretoria da CMPA, fecharam acordo pelo reajuste de 11,51%, sendo 7% a partir de 01/05/2011, 2,01% em setembro de 2011 e 2,5% em janeiro de 2012, sendo que o vale-refeição foi reajustado em 19%, passando para R\$ 15,00 (quinze reais). Entre os itens reivindicados e acordados, salientou a reafirmação da administração da CMPA de efetivar a construção de um novo plano de carreira, juntamente com o sindicato, e também a realização de estudos, com vistas à contratação de um plano de saúde para os servidores do Legislativo Municipal. O conselheiro Rigotti alertou sobre a necessidade de estudo atuarial, caso seja previsto a concessão de novas gratificações aos servidores do Legislativo, conforme dispõe o artigo 125, da LC nº 478/02. Informou, também, que o Banco do Brasil ofereceu ao PREVIMPA o curso CPA-10, que será realizado em Porto Alegre, no mês de agosto, e que o Departamento se inscreveu para a formação de uma turma, atendendo uma reivindicação anterior do Conselho. Disse que são vinte vagas, nas modalidades, presencial e via Internet, bastando que os conselheiros interessados façam a sua inscrição junto à secretária-executiva do Conselho, não havendo custos para a participação. Informou ainda, que está acontecendo um curso na Escola de Gestão Pública, com a participação de servidores da DVP e da ASSEJUR, juntamente com servidores da Perícia Médica, em face da Instrução Normativa 53 do MPS, de 22/03/2011, que versa sobre a aposentadoria especial dos servidores beneficiados por mandados de injunção, com vistas à elaboração de uma Instrução Normativa do PREVIMPA, para a apreciação desses casos. O conselheiro Brum informou sobre a eleição do SENGE, na qual foi vitoriosa a chapa um, da qual faz parte, com 51% dos votos. Passou-se a seguir à pauta do dia, continuação da discussão sobre a minuta do CONAPREV – reforma na previdência. Os conselheiros discutiram o teor do artigo 8º da proposta, que elenca quem são considerados dependentes do segurado, sobre a vedação de reversão de cota de dependente cujo direito à pensão cessar, aos pensionistas remanescentes, conforme está proposto § 7º do referido artigo e sobre a dependência econômica. O conselheiro Adeldo sugeriu que se exclua o parágrafo 3º e se inclua um parágrafo entre o 4º e o 5º, dizendo que a existência de dependentes indicados nos incisos I e II como beneficiários, exclui os demais do direito aos benefícios. Em relação à dependência econômica, disse que deveria ser criada uma lei que definisse

50 alguns parâmetros mínimos a serem observados para a comprovação da dependência econômica dos  
 51 dependentes em relação ao segurado. Afirmou que a dependência econômica previdenciária não é  
 52 dependência de patrimônio, mas de sustentação. É diferente de seguro, que é facultativo, pois a  
 53 previdência que é paga pelo trabalhador é obrigatória. A conselheira Sueli disse que a previdência é  
 54 uma questão de sobrevivência para muitas pessoas, e fez um comparativo da média da remuneração  
 55 brasileira com a européia, que possuem um padrão de vida mais elevado, quando aqui, em muitos  
 56 casos, a aposentadoria não é suficiente frente aos gastos com o custo de vida. O conselheiro Rigotti  
 57 disse que se posiciona contrário à não reversão de cotas aos demais pensionistas quando cessa o  
 58 direito de algum dependente, e sugeriu que se levasse uma proposta ao CONAPREV para que seja  
 59 mantida no regramento a reversão de cotas. Disse que os dirigentes devem sempre pensar e prezar  
 60 pela sustentabilidade financeira dos regimes, mas também há que se pensar no lado social que é a  
 61 segurança dos segurados e seus dependentes. A conselheira Cristina opinou que não é a pensão que  
 62 tem que dar conta das questões sociais, e que tem que ficar muito claro qual é o limite de valor ao  
 63 qual se verifica a dependência econômica do dependente em relação ao segurado, e salientou que  
 64 um dos fatores que mais está contribuindo para quebrar os regimes de previdência são as pensões.  
 65 Devido ao adiantado da hora, ficou combinado pelo Colegiado que o assunto será retomado na  
 66 próxima reunião do Conselho, e foi encerrada a sessão às 10:51h (dez horas e cinquenta e um  
 67 minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Adelto Rohr, conselheiro/secretário  
 68 de mesa e pelos demais conselheiros presentes.  
 69

70		
71	Sérgio Luiz Brum – Presidente	Adelto Rohr- Secretário
72		
73		
74		
75	Eros Miguel Sadowoy Martins	Eduardo Kreuzer
76		
77		
78		
79	Francisco José Menezes da Silva	Pedro Luis da Silva Vargas
80		
81		
82		
83	Marisa Ney Santos de Pinho	José Marcelino Heck
84		
85		
86		
87	Luiz Fernando Rigotti	Marilena Ruschel da Cunha
88		
89		
90		
91	Ana Maria Paulo Bueno	Cristina Clarency La Porta
92		
93		
94		
95	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Sueli de Fátima Mousquer
96		
97		
98		
99	Fátima Regina Carlos Saikoski	Manuel Roberto Escobar

100  
101